

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012847-75.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Essio Gatti**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha plano de telefonia com a ré até junho de 2017, quando efetuou a sua portabilidade para outra operadora.

Alegou ainda que depois de alguns meses a ré passou a cobrá-lo por dívidas inexistentes e culminou por inseri-lo perante órgãos de proteção ao crédito sem que existisse lastro para tanto.

As preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, é evidente que ela possui legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual tendo em vista que perpetró os atos contra os quais se volta o autor (cobranças e negativação indevidas).

Já a realização de perícia, cuja natureza sequer foi especificada, é prescindível ao desate da lide, como adiante se verá.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, vê-se a fl. 12 que desde julho de 2017 o autor utiliza dos serviços de outra operadora, inclusive os pertinentes à telefonia.

Não se justificou nesse contexto qual seria a origem dos débitos cristalizados nos documentos de fls. 14/15, com vencimento para setembro e outubro de 2017.

Tocava à ré a produção de prova nesse sentido, seja por força da regra do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, seja na esteira do que dispõe o art. 373, inc. II, do Código de Processo Penal, mas ela não logrou desincumbir-se do ônus respectivo.

O argumento de que se trataria de "saldo residual" (fl. 26, segundo parágrafo) não foi acompanhado de sequer um indício que ao menos lhe conferisse verossimilhança, valendo registrar que a ré em momento algum explicou em que consistiria esse suposto saldo e qual seria a sua extensão.

O panorama traçado denota que prospera a pretensão deduzida quanto à declaração de inexigibilidade do débito em apreço por falta de base que o alicerçasse.

Quanto ao ressarcimento por danos morais, reputo que as cobranças dirigidas ao autor, conquanto irregulares, por si sós não teriam o condão de dar causa a tanto porque não se patenteou que foram vexatórias ou constrangedoras, bem com que lhe tivessem causado abalo de vulto.

Sem embargo, é certo que no curso do processo sobreveio a notícia de que a ré teria inserido o autor junto a órgãos de proteção ao crédito, o que se confirmou a fls. 65 e 80, de sorte que o pedido do autor então vinga por bastar a negativação irregular à configuração de dano moral passível de reparação.

A jurisprudência sobre o assunto é pacífica:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel, Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em conformidade com orientação deste Juízo em casos semelhantes em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 66.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**